

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas **da educação**

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D452 (Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-348-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.481210208>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva Filho, Valdemiro Carlos dos Santos (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**(Des)Estímulos às Teorias, Conceitos e Práticas da Educação**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

A INCLUSÃO EDUCACIONAL COMO DESAFIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Gilmara Miketchen

Ana Flavia Hansel


Marcelo Naputano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102081>

CAPÍTULO 2..... 19

COMUNIDADE, SOCIEDADE E RECIPROCIDADE


Filipa Canavarro de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102082>

CAPÍTULO 3..... 33

ARTES INTEGRADAS: ENSINO DE ARTE E INTERDISCIPLINARIDADE

Aline Folly Faria


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102083>

CAPÍTULO 4..... 46

DOCÊNCIA COM BEBÊS EM PRÁTICAS DE LEITURA: MEDIAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO LITERÁRIA DA CRIANÇA

Tacyana Karla Gomes Ramos

Rafaely Karolynne do Nascimento Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102084>

CAPÍTULO 5..... 55

ENSINANDO COORDENADAS CARTESIANAS COM UM JOGO DIDÁTICO: EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO

Joyce Carolina Trombini

Natiele de Almeida Gonzaga


Alessandra Querino da Silva

Luciano Antonio de Oliveira

Denise Pasternak

Dihellen Thayze Moreira Cubas

Angela Rosa Ceolin Farias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102085>

CAPÍTULO 6..... 63

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFETS) DA REGIÃO NORDESTE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO


Viviane Peneluca Amorim

André Luis Rocha de Souza

Érica Ferreira Marques

Ana Rita Fonseca Ferreira

Evelin Reis da Hora

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102086>

CAPÍTULO 7..... 92


DEMOCRACIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE, DA CONTESTAÇÃO ÀS NOVAS FORMAS DE SE RELACIONAR COM O CAPITALISMO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

Karina Souza Rocha

Luana Cristina Aguiar Louzeiro Sousa

Isabel Cristina Gomes Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102087>


CAPÍTULO 8..... 106

FLORES E FRUTOS DE UM BAOBÁ: A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Miriam Nogueira Duque Villar

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

Maria Rosana do Rêgo e Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102088>

CAPÍTULO 9..... 116

EFEITOS DE SENTIDO QUE PERMEIAM O MANUAL DO PROFESSOR DO LIVRO DIDÁTICO DA EJA

Marcos Geandro Silva Ribeiro

Silvane Aparecida de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102089>


CAPÍTULO 10..... 129

MATERIAIS CONCRETOS E O ENSINO DE ÂNGULOS

Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

Keidna Cristiane Oliveira Souza

Américo Junior Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020810>

CAPÍTULO 11..... 145

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC EM RONDÔNIA: EM FOCO A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS

Diléia da Silva Brun Scatamburlo

Simone Aparecida Navarro da Cruz






Márcia Regina de Souza Silva


Edre Almeida Corrêa

Nídia Estelita de Souza Ribeiro

Eliana Alves Pereira Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020811>


CAPÍTULO 12.....	165
VIOLAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO NO BRASIL Elias Canuto Brandão  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020812	
CAPÍTULO 13.....	178
A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS AUTORAIS DIGITAIS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA TECNODOCÊNCIA Luciana de Lima Robson Carlos Loureiro Gabriela Teles  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020813	
CAPÍTULO 14.....	190
PROTAGONISMO JUVENIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMO O PERFIL SOCIOCULTURAL INFLUÊNCIA NO SUCESSO ESCOLAR ESTUDANTIL Jeferson de Menezes Souza Aline Almeida Lima André Santos Landim Cinara Rejane Viana Oliveira Jaciará Pinheiro de Souza Joniene Pereira Bispo dos Santos Maria de Fátima Santana de Souza Guerra Maria Janiclécia de Santana Sales Murilo de Jesus Porto Vanessa Cristina de Almeida Viana Welde Natan Borges de Santana  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020814	
CAPÍTULO 15.....	204
BRINQUEDO UTILIZADO EM TERAPIA PARA ESTÍMULO DA ATIVIDADE DE VIDA DIÁRIA E IDENTIFICAÇÃO DAS EXPRESSÕES DA CRIANÇA ESPECTRO AUTISTA Anita Teresa Duarte do Bonfim  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020815	
CAPÍTULO 16.....	224
A RELAÇÃO ENTRE ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PUBLICAÇÕES: UM RETRATO Rafael Santos de Aquino Raí de Amorim Freire  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020816	
CAPÍTULO 17.....	240
O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA Déborah Nogueira Araújo e Pio Vanderlei Balbino da Costa	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020817>

CAPÍTULO 18.....250

PRÁTICAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS: QUANTIFICAÇÃO DE GÁS CARBONICO (C-CO₂) DO SOLO ATRAVÉS DE ENSAIO DE RESPIROMETRIA


Gerônimo Rodrigues Prado
Jussara Navarini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020818>

CAPÍTULO 19.....254

EL PODER DE LA DETERMINACIÓN: EL PROCESO CONSTITUYENTE DE LA UNIFICACIÓN HUMANA EN LA PEDAGOGÍA DE LA ESPERANZA DE PAULO FREIRE


Jorge Hernán Betancourt-Cadavid
Sandra Liliana Yepes Villa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020819>

CAPÍTULO 20.....269

EM BUSCA DA PROMOÇÃO DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA UTILIZANDO COMO FERRAMENTA UM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Rosa Maria da Silva
Taciana da Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020820>

CAPÍTULO 21.....279

A PRÁTICA PEDAGÓGICA E OS FATORES QUE DIFICULTAM OU IMPEDEM A FELICIDADE DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA


Elisângela Rodrigues Furtado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020821>

CAPÍTULO 22.....291

ULTIMATE FRISBEE COMO PRÁTICA ALTERNATIVA PARA O LAZER NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A EXPERIÊNCIA NO PIBID/UEFS


Edson Leão dos Santos
Marise Reis Valois Coelho
Evódio Maurício Oliveira Ramos




 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020822>

CAPÍTULO 23.....301

CONTRIBUIÇÕES DOS PAYAYÁ PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE UTINGA/BA: OS IMPACTOS DO MAIP NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Ana Cleide Santos de Souza
Jumara Teodoro da Silva
Itã Teodoro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020823>

CAPÍTULO 24.....	311
A IDEIAÇÃO DE UM PARQUE INCLUSIVO POR MEIO DA CULTURA MAKER E PROGRAMAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Maria Eduarda Ribeiro Galdino	
Shayane Ferreira dos Santos	
Luzia Alves de Carvalho	
Anna Luisa Nascimento Ferreira	
Edenice Petronilha Rinaldi Barbosa Leite	
Fernanda Gonçalves Ribeiro Neto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020824	
CAPÍTULO 25.....	322
A MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO DO PORTADOR DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA(TEA)	
Miris C. Parazzi Folster	
Wana Carcagnolo Narval Cillo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020825	
CAPÍTULO 26.....	333
EFEITOS DO TREINAMENTO DE FORÇA NA MATUREZAÇÃO BIOLÓGICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	
Fabrcia da Silva de Oliveira	
Leandro de Oliveira Sant'Ana	
Fabiana Rodrigues Scartoni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020826	
SOBRE OS ORGANIZADORES	344
ÍNDICE REMISSIVO.....	345

CAPÍTULO 11

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC EM RONDÔNIA: EM FOCO A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS

Data de aceite: 27/07/2021

Data de submissão: 21/06/2021

Diléia da Silva Brun Scatamburlo

Universidade Federal de Rondônia (UNIR),
Campus Ji-Paraná; Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - PPGEM
Ji-Paraná - RO
<https://orcid.org/0000-0003-3472-9329>

Simone Aparecida Navarro da Cruz

Universidade Federal de Rondônia (UNIR),
Campus Ji-Paraná; Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - PPGEM
Ji-Paraná - RO
<https://orcid.org/0000-0002-6612-8539>

Márcia Regina de Souza Silva

Universidade Federal de Rondônia (UNIR),
Campus Ji-Paraná; Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - PPGEM
Ji-Paraná - RO
<https://orcid.org/0000-0002-9873-682X>

Edre Almeida Corrêa

Universidade Federal de Rondônia (UNIR),
Campus Ji-Paraná; Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - PPGEM
Ji-Paraná - RO
<https://orcid.org/0000-0002-4935-3806>

Nídia Estelita de Souza Ribeiro

Universidade Federal de Rondônia (UNIR),
Campus Ji-Paraná; Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - PPGEM
Ji-Paraná - RO
<https://orcid.org/0000-0002-4327-2941>

Eliana Alves Pereira Leite

Profª. Dra. na Universidade Federal de Rondônia - UNIR, *Campus* de Ji-Paraná; Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - PPGEM
Ji-Paraná - RO
<http://orcid.org/0000-0002-8821-9642>

RESUMO: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deverá ser implementada, a partir de 2020, nos entes federativos. Portanto, se objetivou verificar que iniciativas de implementação da BNCC foram promovidas em Rondônia e a repercussão de uma formação continuada sobre a BNCC oportunizada aos professores de duas escolas públicas de Ji-Paraná/RO. Os participantes dessa investigação foram: a coordenadora da União Nacional de Dirigentes Municipais de Rondônia (UNDIME), uma redatora das Diretrizes Curriculares de Rondônia (DCR/RO) da Educação Infantil e 30 professores que participaram de uma formação continuada sobre a BNCC no formato de um curso de extensão. Metodologicamente é uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e para produção de dados se utilizou 3 questionários, sendo: 1 aplicado à coordenadora da UNDIME e à redatora da DCR; e os outros 2 foram aplicados durante o Curso de extensão, denominado “Formação docente sobre a BNCC: aspectos estruturais, organizacionais e sua repercussão no planejamento de ensino”. Dentre os resultados, destaca-se que desde 2018 houve iniciativas de implementação da BNCC em Rondônia, uma certa mobilização em promover ações que possibilitaram a elaboração da versão

preliminar das DCR/RO (Educação Infantil e Ensino Fundamental), bem como a formação dos professores e demais profissionais da educação. Quanto à repercussão do Curso ofertado, a formação continuada, os professores explicitaram diferentes tipos de aprendizagens, bem como, a necessidade de mais cursos para haver um maior aprofundamento dos conteúdos acerca da BNCC. Espera-se que esse estudo possa evidenciar a importância da formação continuada como mobilizadora de saberes e conhecimentos para as mudanças necessárias à prática reflexiva dos profissionais docentes, sobretudo diante das novas demandas da BNCC. E assim, possam fomentar reflexões e estudos nos entes federativos, na organização e sistematização de suas propostas curriculares, em consonância com o que preconiza a BNCC e considerando as realidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC; Formação continuada de professores; Rondônia.

THE IMPLEMENTATION OF BNCC IN RONDÔNIA: FOCUS ON THE CONTINUED TRAINING OF TEACHERS IN TWO PUBLIC SCHOOLS

ABSTRACT: The National Common Curriculum Base (BNCC) should be implemented, from 2020, in the federal entities. Therefore, the objective was to verify that BNCC implementation initiatives were promoted in Rondônia and the repercussion of a continued training on the BNCC provided to teachers of two public schools in Ji-Paraná/RO. The participants in this investigation were: the coordinator of the National Union of Municipal Leaders of Rondônia (UNDIME), a writer of the Curricular Guidelines of Rondônia (DCR/RO) of Early Childhood Education and 30 teachers who participated in a continuing training on the BNCC in the format of an extension course. Methodologically it is a field research, of qualitative approach and for data production it was used 3 questionnaires, being: 1 applied to the coordinator of UNDIME and the writer of DCR; and the other 2 were applied during the extension course, named “Teacher training on BNCC: structural and organizational aspects and their impact on teaching planning”. Among the results, it is noteworthy that since 2018 there have been initiatives to implement the BNCC in Rondônia, a certain mobilization in promoting actions that made possible the preparation of the preliminary version of the DCR/RO (Early Childhood Education and Elementary Education) as well as the training of teachers and other education professionals. As for the impact of the Course offered, the continuous training, the teachers explained different types of learning, as well as the need for more courses to have a greater deepening of the contents about the BNCC. It is hoped that this study can highlight the importance of continuing education as a mobilizer of knowledge and knowledge for the changes necessary to the reflective practice of teaching professionals, especially in view of the new demands of BNCC. And so, they can foster reflections and studies in federative entities, in the organization and systematization of their curricular proposals, in line with what the BNCC recommends and considering local realities.

KEYWORDS: BNCC; Continuing teacher education; Rondônia.

1 | INTRODUÇÃO

A Educação Básica no Brasil tem sido permeada por vários desafios de diferentes naturezas, dentre os quais está a necessidade de se obter êxito no quesito qualidade. Por mais que o referido termo seja complexo e, portanto, imbricado de vários elementos e

interpretações, não se pode deixar de mencionar, nessa conjuntura, os frágeis resultados a partir de indicadores nacionais e internacionais acerca da educação brasileira. Tais resultados se relacionam a diversos fatores que devem ser enfrentados, como por exemplo, a valorização do professor, uma política de formação continuada, formação inicial que atenda as demandas da profissão docente, estrutura e recursos adequados às escolas, a mudança no currículo entre outros. A efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma tentativa de contribuir nesse direcionamento, em que se ressalta que para que se consiga obter resultados proeminentes na educação, faz-se necessário que os demais elementos sejam contemplados.

Portanto, a discussão de um ensino de qualidade está relacionada, de acordo com Cândido e Gentilini (2017, p.327), com o fato “de se saber o que está sendo ensinado nas salas de aula, avaliando-se para comprovar se as crianças estão aprendendo ou não”. Essa discussão legítima “a necessidade de uma Base Curricular Comum, que auxilie na seleção dos conteúdos a serem trabalhados pelas escolas e, conseqüentemente, os conteúdos a serem cobrados nas avaliações externas” (CÂNDIDO; GENTILINI, 2017, p.327).

Para tal a BNCC tem se constituído, no contexto educacional, em um dos principais temas de debates, reflexões, experiências extensionistas e pesquisas. Isso se refere ao fato de que a implementação da referida base implicará em mudanças curriculares estruturais nas redes públicas e particulares da educação escolar dos municípios, estados e distrito federal do Brasil, conforme define este documento normativo, no § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996).

Na trajetória histórica da BNCC, foram evidenciados por pesquisadores, estudiosos e profissionais da educação, entre outros, distintos aspectos de diferentes naturezas acerca da construção, estrutura e do conteúdo do referido documento, sendo que ora se tinha em evidência pontos de divergências e ora de convergências. Isso tem a ver com o “fato de que o currículo não é neutro; ao ser veículo de conhecimentos selecionados, ele se liga ao poder, à homogeneização ou diferenciação da escola e por isso os educadores precisam estar alertas às suas implicações sociológicas e culturais quando de sua estruturação” (OLIVEIRA, 2008, p.545). Historicamente, a educação escolar se trata de um território que envolve uma relação de poder e conseqüentemente gera tensões e disputas que se apoiam na conjuntura socioeconômica e política vigente. Embora tais aspectos sejam pertinentes, não se constituíram como foco deste estudo.

No cenário atual, os municípios, estados e o Distrito Federal estão em uma fase que engloba a discussão, reflexão e sistematização de seus currículos a partir do que está previsto na BNCC. Portanto, optou-se por direcionar o olhar para a implementação da BNCC no estado de Rondônia, mais especificamente na cidade de Ji-Paraná. Para tanto, teve-se como objetivo identificar que iniciativas de implementação da BNCC foram promovidas pelo estado e investigar a repercussão de uma formação continuada sobre a BNCC oportunizada aos professores de duas escolas públicas de Ji-Paraná/RO.

A implementação da BNCC gerará inúmeros desafios às instâncias educacionais municipais e estaduais, uma vez que a mudança do currículo, dentre outros aspectos, fundamenta-se no desenvolvimento de dez competências gerais que deverão permear todas as áreas de conhecimento, que também possuem suas competências e habilidades específicas, assim como preconiza uma educação integral que contemple o estudante em todas as dimensões socioemocionais, intelectual e física. Efetivar as mudanças estabelecidas tanto na rede estadual e municipal mediante a esse formato requer uma nova organização e sistematização em meio a um cenário que se tem, geralmente, arraigado na tradição escolar uma perspectiva conteudista.

Quando se projeta essa estruturação em um novo paradigma curricular, é preciso considerar que tal discussão seja objeto de estudo, debates e discussão no âmbito da formação continuada. Pois a partir do momento em que os entes federativos ressignificarem a BNCC em seus currículos, far-se-á necessário estabelecer um diálogo com os professores, os sindicatos, a universidade entre outros, para que posteriormente possa se oportunizar uma formação continuada que contemple as mudanças que serão implementadas. Para Marcelo García (1999, p. 193), a formação continuada:

[...] [deve ser] entendido como um processo de aprendizagem mediante o qual **alguém** (professores, diretores) deve aprender **algo** (conhecimentos, competências, disposições atitudes), num **contexto** concreto (escola, universidade, centro de formação) implica um projeto, desenvolvimento e avaliação curricular. O currículo, neste caso, refere-se à planificação, execução e avaliação de processos formativos, tendentes a melhorar a competência profissional dos professores [grifos do autor].

Essa formação pode ser propiciada mediante um processo de conexão entre a universidade, escola, políticas curriculares que favoreçam a apropriação dos professores, a fim de que se tornem sujeitos ativos e reflexivos de suas próprias práticas e oportunize mudanças necessárias para a construção de uma sociedade democrática.

Diante das mudanças curriculares preconizadas pela BNCC, a formação continuada é um dos elementos que devem ser discutidos e ofertados quando se refere acerca da implementação dessa nova estrutura nos entes federativos. A necessidade de se promover a formação continuada permeia pelo fato de que a formação de um professor ocorre de forma contínua e que “[...] portanto, é um fenômeno que ocorre ao longo de toda a vida e que acontece de modo integrado às práticas sociais e às cotidianas escolares de cada um, ganhando intensidade e relevância em algumas delas” (PASSOS et al., 2006, p. 195).

Como Imbernón (2009, p. 44), considera-se que esse tipo de formação “[...] deveria fomentar o desenvolvimento pessoal, profissional e institucional do professorado, potencializando um trabalho colaborativo para transformar a prática”. Para tanto, é importante que a formação considere as demandas dos professores e demais profissionais do espaço escolar, a partir de seus questionamentos, na premissa de ampliar os saberes com o objetivo de desenvolver as diversas aprendizagens dos estudantes. Essa formação

pode ocorrer de diferentes formas e contextos, dentre os quais está a promoção de cursos sistematizados para atender as demandas desses profissionais.

2 I FUNDAMENTOS E HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA BNCC

No percurso histórico da Base Nacional Comum Curricular é possível identificar aparatos legais que deram fundamentação à discussão, bem como a necessidade de construção desse documento. A BNCC tem um “caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 5). Em que esses alunos tenham “assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)” (BRASIL, 2017, p. 5). Sendo “orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)” (BRASIL, 2017, p. 5).

Nesse sentido, cabe destacar que a partir do final do século XX, mais especificamente nas décadas de 80 e 90, é possível identificar fundamentos legais que dão sustentação à elaboração da BNCC. Sendo que em 1988, com a carta magna, consta no capítulo que trata da Educação, no Artigo 210, que: “**Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental**, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, *grifo nosso*). Ressaltando que neste período o Ensino Médio ainda não tinha caráter obrigatório. Na década de 1990, tem-se como documento normatizador a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB de 1996), que em seu artigo 26 determina:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996, *grifo nosso*).

Com isso, verifica-se que os instrumentos legais supracitados já sinalizavam e fundamentavam a necessidade de construção da BNCC. Ao se ter como referência a LDB, verifica-se que se passaram mais de 20 anos para que se construísse e iniciasse a sua implantação no país. Nesse cenário, emergem alguns questionamentos: que fatores sociais, econômicos e políticos contribuíram para a demora da discussão e elaboração de uma proposta dessa natureza? Quais foram os principais obstáculos encontrados nesse percurso? Qual o interesse em se ter efetivamente uma base comum em todo o território brasileiro? Seria possível em um país continental, como o Brasil, elaborar uma base capaz de atender toda a diversidade e especificidade de cada uma das regiões brasileiras?

Quais os benefícios para o Brasil com a construção de um currículo nacional? A intenção de suscitar tais questionamentos se deve ao fato de explicitar a complexidade envolvida nesse processo histórico da BNCC. Sendo que para obtenção das respostas, considera-se fundamental a realização de mais estudos e debates.

Nessa construção histórica da BNCC, destaca-se também o respaldo de outros fundamentos legais do século XXI, a saber: Conferências Nacionais de Educação (CONAE), o Plano Nacional de Educação (PNE) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). As Conferências Nacionais de Educação, com suas etapas municipais, estaduais e distrital realizadas nos anos de 2010 e 2014, embora tenham se constituído como espaços de disputas, reafirmaram a importância da construção de uma Base Nacional Curricular Comum para o território brasileiro. Cabendo destacar que a CONAE de 2014 culminou com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), sendo a Lei nº. 13.005 de 25 de julho de 2014. Com a vigência de 10 anos, o PNE busca consolidar as 20 (vinte) metas estabelecidas, cujo objetivo é de melhorar a qualidade da Educação Básica. O conteúdo da referida lei contempla de forma correlata estratégias que tratam da Base Nacional Comum Curricular, entre as quais destaca-se:

2.1) O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental; 2.2) Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art.º 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configuram a base nacional comum curricular do ensino fundamental (BRASIL, 2014, Meta 2).

Importante também registrar pontos concernentes às Diretrizes Curriculares Nacionais, uma vez que esta se estabelece, a partir da definição da base curricular comum, e apresenta as orientações a fim de organizar, articular, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras. Nesse contexto, destaca-se o papel relevante do Conselho Nacional de Educação (CNE), que ao longo dos últimos anos produziu Diretrizes Nacionais, abarcando às diversas modalidades educacionais, sendo:

Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, Educação escolar para populações em situação de itinerância, Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, além de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2013, p. 5).

Após conhecer alguns dos marcos legais que foram consubstanciados na BNCC,

buscou-se evidenciar aspectos históricos da elaboração que culminou, em 2017, com a entrega da versão final ao CNE. Assim, a partir da publicação da Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015, que instituiu a comissão de especialistas para a elaboração da Base, assessores e especialistas reuniram-se no I Seminário Interinstitucional para atender a esta finalidade, sendo disponibilizado em outubro do mesmo ano, para a consulta pública. A versão preliminar da BNCC contou com mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil, de organizações e entidades científicas¹.

Em março de 2016, finalizou-se a primeira versão da Base, sendo sistematizada por um grupo de professores da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), que gerou então a segunda versão da Base (AGUIAR; DOURADO, 2018, p.11). Em junho do referido ano, no compromisso de democratizar a construção da minuta do documento e finalizá-la, foram realizados por todo o Brasil seminários com gestores, professores, especialistas em educação, abertos à participação pública da sociedade civil. Já no mês de agosto, a terceira versão começou a ser redigida, considerando-se o processo colaborativo das etapas já descritas. Dessa maneira, a terceira versão foi entregue ao CNE em 06 de abril de 2017, aprovada em novembro do ano corrente e homologada pelo MEC, reafirmando que: “Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas” (BRASIL, 2017, p. 5).

Percebe-se que o processo construtivo da Base contou com a colaboração de diversos sujeitos da sociedade civil de diferentes segmentos (da Educação Básica e de universidades, órgãos, entidades e assessoria internacional). Nesse momento, tem-se como desafio a implementação das mudanças curriculares da BNCC em todo o território brasileiro, cabendo a municípios, estados e Distrito Federal ressignificar a Base, a partir de suas realidades e especificidades, buscando assim sistematizar e preparar suas respectivas redes de ensino, a fim de garantir a efetividade de tal currículo.

3 | METODOLOGIA

Metodologicamente a pesquisa é de abordagem qualitativa da modalidade de campo. A abordagem qualitativa apresenta como aspecto principal um nível de realidade que não pode ser quantificado, uma vez que se aprofunda “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2003, p. 22). Portanto, nesse processo de investigação é preciso considerar dentre outros aspectos, conforme Bogdan e Biklen (1994), que: o pesquisador é o principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é maior do que com o produto; e a análise dos dados tende

¹ As informações expressas neste parágrafo, disponíveis em: PORTARIA Nº 592, DE 17 DE JUNHO DE 2015 - Lex MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GABINETE DO MINISTRO. Acesso em: ago.2020.

a ser indutiva. No que diz respeito a modalidade de pesquisa de campo é aquela “na qual a coleta de dados é realizada diretamente no local em que o problema ou fenômeno acontece [...]” (FIORENTINI; LORENZATO, 2012, p. 71).

O contexto em que foi realizado o estudo foi no estado de Rondônia, mais especificamente na cidade de Ji-Paraná, em duas escolas públicas, que buscaram junto à Universidade Federal de Rondônia (UNIR) uma formação que levasse à compreensão da BNCC e da repercussão de suas mudanças no currículo.

A UNIR, que possui um *campus* em Ji-Paraná, atendeu à solicitação das escolas, e por meio de uma equipe elaborou e possibilitou uma formação sobre a BNCC no curso de extensão intitulado “Formação docente sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): aspectos estruturais, organizacionais e sua repercussão no planejamento de ensino”. As integrantes da equipe estão vinculadas ao Departamento de Matemática e Estatística (DME) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEM), sendo uma docente do DME/PPGEM e 5 mestrandas do PPGEM. Foi a partir da promoção desse curso que surgiu o interesse em realizar esse estudo e investigar sobre a BNCC no que tange à forma em que tem sido implementada no estado e mais especificamente na cidade de Ji-Paraná.

Participaram do curso um total de 61 professores e demais profissionais (intérprete/orientador/supervisor/diretor) de duas escolas estaduais em Ji-Paraná, sendo uma escola localizada no Primeiro Distrito da cidade (04/02/2020) e outra no Segundo Distrito da cidade (05/02/2020). Após a realização do curso de extensão, buscou-se verificar iniciativas de implementação da BNCC que foram promovidas pelo estado. Para tanto, recorreu à coordenadora da União Nacional de Dirigentes Municipais de Rondônia (UNDIME) e uma redatora das DCR/RO da Educação Infantil no ano de 2019. Destaca-se que também foi feito o convite para uma das redadoras do Ensino Fundamental, da qual não se obteve resposta.

Para a produção de dados foram utilizados como instrumentos 3 questionários, 2 que se referem ao curso de extensão sobre a BNCC, sendo um de caráter diagnóstico e outro avaliativo, e o terceiro questionário foi aplicado à coordenadora da UNDIME e uma das redadoras da DCR (Educação Infantil).

De acordo com Fiorentini e Lorenzato (2012, p.116), “o questionário é um dos instrumentos mais tradicionais para a coleta de informações, e consiste em uma série de perguntas que podem ser *fechadas, abertas ou mistas*”. Quanto aos questionários aplicados, teve-se 2 com questões abertas que “não apresentam alternativas para respostas, podendo o pesquisador captar alguma informação não prevista por ele ou pela literatura”, e 1 com questões *mistas*, combinando, portanto, questões abertas e fechadas, que “apresentam alternativas para respostas. Neste caso, o pesquisador pressupõe quais são as respostas possíveis que o sujeito irá dar, não havendo, portanto, possibilidade de obter alguma resposta fora desse conjunto” (FIORENTINI; LORENZATO, 2012, p.116).

Dos 61 participantes do curso de extensão, 40 responderam o questionário diagnóstico, e 30 o questionário avaliativo. Destaca-se que ambos de forma voluntária. Assim, para uma coerência dos resultados, foram selecionados 30 sujeitos, cuja escolha se pautou nos questionários que tiveram todas ou a maioria das questões respondidas pelos professores participantes.

No contexto do curso de extensão, realizado em duas escolas (04/02 e 05/02/2020), teve-se a aplicação de 2 questionários, sendo 1 de cunho diagnóstico (questões abertas) aplicado antes da realização do curso, em que se buscou obter elementos acerca dos conhecimentos prévios que os professores e demais profissionais apresentavam sobre a BNCC, e o segundo questionário, de caráter avaliativo (questões mistas), foi aplicado após a realização do curso, a fim de verificar a repercussão da formação oportunizada no curso de extensão. O terceiro questionário (questões abertas) foi enviado via e-mail (12/02/2020) para a coordenação da UNDIME e redatora da DCR/RO da Educação Infantil, em que se obteve a resposta respectivamente nos dias 24 e 26/02/2020.

Para uma melhor organização na apresentação dos dados, utilizou-se as respectivas siglas: os dados resultantes do questionário diagnóstico QD; do avaliativo QA; e do questionário da construção da Base em Rondônia QB, aplicado à coordenadora da UNDIME e a redatora da DCR. Os excertos decorrentes dos questionários apresentados de forma direta, na íntegra, foram explicitados em *itálico* entre aspas. Por sua vez, os aspectos abordados de forma indireta foram organizados no corpo do parágrafo sem nenhuma identificação específica. Os dados foram apresentados por cada questão dos questionários, sendo que o QD e QA possuíam 5 perguntas cada, e o QB 9 questionamentos.

Para interpretação e discussão dos dados, optou-se em abordar inicialmente sobre algumas iniciativas de implementação da BNCC que foram promovidas em Rondônia. Na sequência, discorreu-se sobre a formação realizada por meio de um curso de extensão sobre a BNCC e foram apresentados os dados decorrentes do questionário diagnóstico, avaliativo e da construção da base em Rondônia.

4 | INICIATIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC EM RONDÔNIA

Rondônia é um dos 7 estados que integra a região Norte do Brasil, sendo que em 1982 deixou de ser território da União e assumiu a categoria de Estado. O nome dado ao estado se trata de uma homenagem ao Marechal Cândido Rondon. Atualmente possui 52 municípios e ocupa uma área de 237.765,293 km². Possui uma população estimada em 1.777.225 (2019) de pessoas e densidade demográfica de 6,58 hab/km². A economia do estado “é movimentada principalmente pela agricultura e pecuária, destacando-se também, o extrativismo vegetal e mineral, piscicultura, apicultura e a agroindústria”. Cabe salientar que “um dos setores da economia que mais cresce é o de serviços e comércio em virtude

² Informações sobre o estado de Rondônia, disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro.htm>. Acesso em: ago.2020.

do aumento da população urbana” (RUEZZENE, 2012, p. 66). Neste estado é que se buscou conhecer alguns indícios de como tem se dado a implementação da BNCC. Para tanto, recorreu à coordenadora da UNDIME e à representante da Educação Infantil, que foi uma das redatoras da DCR de Rondônia.

Inicialmente foi questionado sobre quem coordena a implantação da BNCC no estado de Rondônia. Segundo a coordenadora da UNDIME, em Rondônia existem, atualmente, duas coordenações em regime de colaboração, sendo um representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), representado pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e outro representante da União Nacional de Dirigentes Municipais de Rondônia (UNDIME/RO), representando as Secretarias Municipais de Educação. A redatora citou o Programa de apoio à Implementação da Base Nacional Curricular Comum (Pro-BNCC) que é coordenado em regime de colaboração pelos entes supracitados juntamente com o Ministério da Educação (MEC). Com isso, verifica-se que há algum tipo de articulação e mobilização na esfera estadual e municipal para que ocorra a implementação da BNCC.

Ao levar em consideração que as Diretrizes Curriculares (2019), como a própria base preconiza, deverão ser relacionadas à realidade local, foi questionado a coordenadora da UNDIME e a redatora sobre os critérios de escolha dos redatores para elaboração das referidas diretrizes para cada uma das etapas da Educação Básica, sendo as etapas da Educação Infantil e Fundamental, visto que a do Ensino Médio está em processo de construção. A coordenadora respondeu que a escolha se deu através “*de processo seletivo e análise de currículo*”. A redatora da Educação Infantil destacou que fez parte dos critérios de escolha o município que já tinha se estabelecido com práticas pedagógicas exitosas concernentes à Educação Infantil.

Na terceira questão, perguntou-se sobre a quantidade e a localidade dos integrantes que foram selecionados para compor a equipe de elaboração das diretrizes. A coordenadora da UNDIME e a redatora afirmaram que foram escolhidos 3 educadores para a elaboração do Currículo da Educação Infantil, um de cada município respectivamente: Porto Velho, Ariquemes e Ji-Paraná. No que diz respeito à equipe para o Ensino Fundamental, a coordenadora disse que contou com redatores de Rolim de Moura para os componentes curriculares que integram a área de conhecimento Ciências da Natureza, de Itapuã do Oeste para História, e os demais componentes curriculares tiveram redatores da capital do estado, Porto Velho/RO.

Quanto ao início do processo de implantação da BNCC no estado de Rondônia (quarta pergunta), a redatora, assim como a coordenadora, afirmou que a equipe Pro-BNCC foi constituída em março de 2018, quando tiveram início os trabalhos. Contudo, segundo a coordenadora, durante esse processo até fevereiro de 2020 já havia tido mudanças na equipe e na coordenação, sendo estas informações emitidas por outros membros da equipe anterior.

Ao serem questionadas, na quinta e sexta questão sobre os resultados, as etapas e a dinâmica estabelecida pela equipe, as colaboradoras destacaram que dentre os resultados decorrentes dos trabalhos realizados pela equipe foi mencionado a construção da versão preliminar das Diretrizes Curriculares de Rondônia (DCR/RO), finalizada no ano de 2019, tratando apenas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Para a elaboração da minuta desse documento foram realizadas reuniões semanais presenciais dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Essas reuniões aconteciam com a equipe de redatores, e isso se dava ora coletivamente, ora por áreas e componentes curriculares, a fim de definirem as estratégias para a construção do documento preliminar. Após a elaboração do documento preliminar feita pelos redatores, foi disponibilizado na plataforma do MEC, para contribuições da comunidade escolar e posteriormente finalizado.

Ainda quanto às fases para a construção da proposta das DCR/RO, a coordenadora da UNDIME disse ter ocorrido 3 ciclos, a saber: *“1. A construção da proposta se deu em 4 fases: escrita/redação textual, consulta pública, reescrita, pós consulta (aceite e não aceite) e homologação no Conselho Estadual de Educação (CEE); 2. Formação continuada e 3. Monitoramento da implementação”*.

Na sétima pergunta, questionou-se sobre em que fase se encontra atualmente o processo de implantação da BNCC. A coordenadora da UNDIME declarou que: *“em dezembro de 2018 foi aprovada a proposta curricular e em novembro de 2019 houve a formação de 88 formadores/multiplicadores dos 52 municípios responsáveis pela formação dos docentes em seus municípios”*. Sendo que para o período de fevereiro a abril de 2020 estava prevista a formação dos docentes da rede estadual de ensino, com carga horária de 16h presenciais, com a finalidade de implementação nos respectivos municípios. A redatora também mencionou a formação docente.

Quanto aos encaminhamentos a serem realizados, visando a continuidade de implantação da BNCC (oitava questão), somente a coordenadora respondeu ao destacar: *“a revisão das DCR/RO seria realizada até a primeira quinzena de março de 2020; até dia 30 de março elaboração de cadernos pedagógicos para auxiliar a implementação do currículo pelos professores na escola; fevereiro a junho de 2020, 24 horas de formação continuada em EAD, e agosto a dezembro de 2020 formação continuada dos docentes”*.

Por fim, no nono e último questionamento, buscou-se averiguar sobre pontos relevantes acerca da trajetória do processo construtivo da implementação da BNCC no estado de Rondônia. A coordenadora, representante da UNDIME, explicitou as dificuldades e os pontos positivos. Assim, no que diz respeito às dificuldades foi evidenciado pela coordenadora que: *“A proposta de regime de colaboração em todas as ações propostas pelo MEC tem sido um grande desafio. Pois este não tem sido um exercício habitual entre os entes federados e a organização e gestão nos municípios nem sempre comungam sempre na mesma direção da gestão estadual; os recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para viabilizar a formação Pro-BNCC tem sido*

um grande entrave em sua execução em razão da burocracia e dificuldade de execução pela SEDUC, que é quem detém esses recursos; o uso da tecnologia em rede também se apresenta como um grande desafio, pois a maioria dos municípios não tem hábito nem formação para utilização das ferramentas”. A redatora da Educação Infantil destacou que: “o tempo estipulado nem sempre conseguiu atender as singularidades do estado”.

No que diz respeito aos pontos positivos, a coordenadora evidenciou que: *“A integração, competência e comprometimento da equipe de coordenadores, articuladora e redatores/formadores da UNDIME/RO é um ponto alto na condução das DCR/RO; o engajamento dos articuladores locais e o esforço em conduzir localmente as formações e informações das DCR/RO, apesar das inúmeras dificuldades ocorridas no caminho, tem sido fundamentais para implementação de fato nos municípios; os inúmeros materiais pedagógicos disponibilizados pelo MEC em plataformas digitais e a disponibilidades de especialistas contratados pelo MEC têm sido fundamentais nos aprendizados para equipe Pro-BNCC e nas formações e orientações dadas às equipes municipais”. A redatora da Educação Infantil também enfatizou como pontos positivos: “o regime de colaboração; a formação da equipe de redatores pelo MEC”.*

Percebe-se que há um grande percurso a ser trilhado nesta trajetória de implementação da BNCC no estado de Rondônia, e mais uma vez ressalta-se que a referida implementação para o Ensino Médio se encontra em fase inicial e por tal motivo não foi evidenciado neste texto. Isso chama atenção na medida em que a Portaria nº 1.348, publicada em 17 de dezembro de 2018, referente ao Parecer do CNE/Conselho Pleno nº: 15/2018, aprovada em 04 de dezembro de 2018 que versa sobre a instituição BNCC do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e Art. 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB) (BRASIL, 1996), só deu início ao seu processo de implementação posteriormente à finalização do processo de amplo diálogo, disputas e discussões da BNCC-EM.³

A partir da colaboração da coordenadora e da redatora, foi possível identificar que desde 2018 existem iniciativas com intuito de implementar a BNCC no estado de Rondônia. Haja vista que há uma equipe mobilizada com esse objetivo, que inclusive estabeleceu o cronograma de trabalho para tal e elaborou uma versão preliminar das DCR/RO (Educação Infantil e Ensino Fundamental). Por sua vez, também se verificou que há alguns entraves nesse processo como os recursos financeiros, aligeiramento das ações, a dificuldade de acesso e utilização de tecnologias na formação para os professores.

³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/103561-pcp015-18/file>. Acesso em: ago.2020.

5 I FORMAÇÃO SOBRE A BNCC REALIZADA EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS

No processo de implementação da BNCC nos entes federativos, considera-se como necessário o diálogo dos diferentes segmentos dos estados, municípios e distrito federal com as faculdades, universidades e institutos federais, visto que estas instituições têm um papel fundamental sobretudo no que se refere à formação inicial e continuada de professores. Nesse contexto, chamou atenção o fato de que em Ji-Paraná/RO teve-se duas escolas que demonstraram preocupação e interesse em ter conhecimento sobre a BNCC, não esperando somente as formações que serão oportunizadas pelo estado através da implementação da base. Imbernón (2009) destaca a importância do papel ativo dos docentes nas várias nuances do planejamento, desenvolvimento, avaliação, reformulações de estratégias e programas de pesquisa de intervenção educativa.

O interesse e contato dessas escolas motivou a elaboração do curso de extensão que teve como objetivo principal oportunizar conhecimentos sobre a BNCC e reflexões sobre o planejamento de ensino a partir das mudanças curriculares. Para tanto foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Verificar as competências gerais, marcos legais, fundamentos pedagógicos, o pacto interfederativo e o processo de implementação da BNCC, a fim de se ter uma visão ampla acerca de tal documento; Compreender sobre a estrutura da BNCC, no que se refere à etapa do Ensino Fundamental e à etapa do Ensino Médio; Diferenciar competências de habilidades e de como estas estão estruturadas em cada área de conhecimento e nos seus respectivos componentes curriculares; Refletir sobre a importância do planejamento na ação didática; Vislumbrar possibilidades de como as mudanças expressas na BNCC podem ser incorporadas no plano de ensino, mais especificamente no plano de curso.

Na ementa foram abordados os seguintes conteúdos: uma abordagem histórica e fundamentada do aspecto legal em que foi construída a BNCC; Competências e habilidades expressas nas diferentes áreas de conhecimento e componentes curriculares vinculados às diferentes etapas da Educação Básica; e Repercussões da BNCC no plano de ensino. O curso teve uma carga horária de 16 horas (sendo 8 horas em cada escola). Nessas 8 horas, distribuiu-se 4 horas para a parte teórica e 4 horas voltadas para aspectos práticos na elaboração do plano de ensino.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do curso, recorreu-se à forma expositiva e dialogada com a utilização de Datashow, vídeos e a realização de dinâmicas. Além disso, foi desenvolvida uma prévia de um plano de ensino, mais especificamente plano de curso, estruturado por áreas de conhecimento e construído pelos grupos, sendo acompanhados pelas integrantes da equipe. Ao final da atividade foi feita a socialização do que foi construído pelos diferentes grupos.

Segue a discussão sobre a percepção inicial sobre a BNCC que foi apresentada antes da realização do curso, bem como a sua repercussão para o repertório de conhecimentos

dos participantes.

5.1 Percepção inicial sobre a bncc dos participantes do curso

Inicialmente foi questionado se os cursistas tinham conhecimentos sobre a BNCC, sendo 23 responderam que sim e 07 que não. Dos sujeitos que afirmaram ter conhecimentos, verificou-se que o nível de conhecimento se diferenciava, visto que 16 afirmaram que conheciam a BNCC de forma razoável e 7 conheciam de modo mais aprofundado.

Na segunda pergunta, ao serem inquiridos sobre o contexto em que tiveram o contato com as discussões acerca de tal documento, bem como se haviam tido algum tipo de formação sobre a BNCC pelas secretarias de educação, na escola, ou em outros espaços, identificou-se que 8 haviam participado de algum tipo de formação, 17 não e 5 não responderam. Sendo que os cursistas que tiveram contato com a BNCC citaram as orientações que receberam na própria escola e da SEDUC mediante: *“a formação ofertada pela SEDUC em Ji-Paraná e Porto Velho e em outras Secretarias como na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul; as reuniões pedagógicas e escolha de livros nas escolas; um estudo ministrado por uma estagiária; e a atuação da supervisão com os professores”*.

O que chamou atenção foi que, embora 23 sujeitos afirmaram no primeiro momento ter conhecimentos sobre a BNCC, não explicitaram em que contexto efetivamente isso ocorreu. Isso leva a inferir que podem ter tido contato por meio das mídias, já que, nos dois últimos anos, essa temática foi bem enfatizada nas TVs, rádios, internet entre outros. No que diz respeito aos contextos mencionados, percebe-se que foram oportunizadas formações tanto pela escola quanto pela SEDUC. No entanto, a formação propiciada pela SEDUC contempla um quantitativo bem reduzido dos sujeitos desse estudo. Tal aspecto mostra, por um lado, que a SEDUC tem se mobilizado para promover formações sobre a BNCC, por outro lado, se faz necessário ampliar as discussões e estudos para que um número maior de professores e demais profissionais da educação tenham condições de ter acesso às formações. Já que cabe ao estado promover ações que implementem tal política e para isso, dentre outros aspectos, faz-se necessário fornecer formação continuada aos profissionais que integram a rede.

A terceira pergunta foi no sentido de identificar que aspectos haviam sido abordados sobre a BNCC nos diferentes contextos de formação. Os temas indicados foram: *“A importância da implementação da BNCC; competências e habilidades e valores envolvidos em cada área do conhecimento; habilidades socioemocionais e planejamento de sequência didática; novo ensino médio; sequência didática e inclusão; prática e aplicabilidade, novos mecanismos de desenvolvimento dos conteúdos; valorização de projetos curriculares e de recursos curriculares; aspectos específicos abordados na área de Geografia e na área de Matemática; sobre cultura e comunicação; estudos sobre inteligência emocional, recursos tecnológicos, plano de aula e avaliação e interdisciplinaridade”*.

Pode-se perceber que há uma diversidade de temas que, embora perpassem

a BNCC, não necessariamente são tratados em tal documento. Nesse sentido, apesar dos temas supracitados serem pertinentes, faz-se necessário manter o foco em todas as dimensões que são abrangidas pela BNCC, portanto que as formações tenham mais diretividade, para que se tenha condições de efetivá-la posteriormente.

Considerando que o questionário teve o caráter diagnóstico, na quarta questão, buscou-se averiguar o que os participantes compreendiam sobre a BNCC. Dos 30 cursistas, 26 responderam, apresentando os seguintes aspectos decorrentes de suas respectivas compreensões: *“Com a implantação da BNCC a aprendizagem dos alunos será melhor e que a transmissão de conteúdos será realizada por vários componentes curriculares simultaneamente; é um documento norteador, necessário e urgente para ser implantado, traz a necessidade da escola conhecer melhor a realidade do aluno; é uma proposta de integração da educação; é conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens; é nivelamento com objetivo de que todos tenham um currículo comum de ensino, visando a aprendizagem do aluno; vem ao encontro com as necessidades do discentes; é um plano de curso anual; mudança na forma de pensar o currículo e sua prática; serve para unificar os conteúdos a serem desenvolvidos em todo o Brasil; observa as realidades sociais; é pluralidade nas ações, o que possibilita o desenvolvimento mais integral do discente para acompanhar a globalização; é uma norma que veio para dar suporte ao aluno que sai de sua cidade de origem, não tenha dificuldades em adaptar-se em outra região; é equidade no que se aprende em todo o país; é desafio a ser realizado; documento regulamentador no qual as competências são as atitudes que temos que seguir; irá igualar todas as aprendizagens no país; é documento que embasa o professor para desenvolver suas habilidades para ensinar; propõe a interdisciplinaridade e a aplicação de projetos de cunho pedagógico e social; mudanças adequadas aos anseios da sociedade; é uma referência de ensino para escolas públicas e privadas”*. De modo geral, a compreensão evidenciada pelos participantes tem bem demarcados os aspectos da mudança curricular, da abrangência e da finalidade dessa mudança.

A quinta e última questão foi sobre os possíveis impactos (positivos/negativos) da BNCC na Educação Básica, sendo que 28 cursistas responderam a essa pergunta destacando quanto aos pontos positivos: *só haverá impactos positivos pois os alunos perceberão que é algo bom; mudanças de atitudes para os professores, olhar diferente para o aluno; a BNCC veio para atender as exigências do mundo contemporâneo; irá igualar a educação brasileira, focando nas habilidades e valores dos alunos; melhora a aprendizagem dos alunos; padroniza os objetivos curriculares para todos os brasileiros; norteia o trabalho do professor; prepara o aluno para sua futura profissão e para a vida; propõe ao professor mudança de postura; sequência lógica na construção do conhecimento; beneficia a pluralidade cultural; acessibilidade a educação e ao conhecimento; proposta desafiadora, mas possível; fará dos nossos educandos cidadãos autônomos, críticos e detentores do conhecimento; a BNCC ordena o planejamento diário do professor”*.

No que diz respeito aos pontos negativos, explicitaram: *“A BNCC veio trazer conflitos entre o professorado e medo de mudanças; resistências ao novo e à formação continuada; a divisão das competências e excesso de conteúdos complexos que antes eram trabalhados somente no ensino médio; ineficiência de formação inicial, deveria ter sido realizada antes da implementação, ano 2020; formação precária; ainda estamos sem norte de como implantar a proposta; incompatibilidade entre a proposta normativa e a realidade da sala de aula das escolas do Estado de Rondônia; muita informação de um documento tão importante, num espaço de tempo pequeno que não foi possível sentir-se preparado para a aplicabilidade”*.

Foram destacados vários elementos positivos acerca do que a BNCC pode promover na educação brasileira. Sobre os pontos negativos, há mais elementos voltados para a falta de uma formação adequada para que os profissionais tenham condições de atender as demandas de tal documento. Isso mostra a necessidade de haver várias formações com níveis de discussões distintos para que os professores tenham condições de se apropriar do conteúdo exposto na BNCC.

5.2 Repercussão da formação sobre bncc a partir da perspectiva dos professores

Ao final do curso de extensão foi aplicado um questionário avaliativo, a fim de verificar as aprendizagens obtidas mediante a abordagem e os conteúdos trabalhados sobre a BNCC, bem como a avaliação da metodologia desenvolvida no encontro formativo. Destaca-se que foram levados em consideração 30 questionários avaliativos, dos quais 29 avaliaram o curso como ótimo e 1 bom. Dentre as justificativas, destacam-se: *“Foi suscitado a importância em como utilizar na prática educativa; A formação oportunizou uma nova dimensão da BNCC”*. Isso remete ao fato de que qualquer curso de formação continuada *“deve contribuir para que os professores avancem no nível de compreensão das suas práticas”*. (SERRAZINA, 2014, p.1054).

Questionados, na segunda e terceira pergunta, sobre a metodologia utilizada no curso, 27 responderam que foi ótimo e 3 caracterizaram como bom. Dentre as justificativas explicitadas, teve-se: *“Os momentos de estudo dirigido e dos diálogos intercalados foram muito apropriados; Apropriar-se do conhecimento de partes do documento nos propiciou facilidade para compreender sua estrutura com objetivo de explorá-lo melhor no decorrer do ano letivo; A experiência de construir um modelo de plano de aula foi de suma relevância para posteriormente nos respaldarmos em nossa prática docente diária; As trocas de ideias nos momentos de intervalos entre as discussões foram muito proveitosas, pois nos trouxe amadurecimento quanto a compreensão do documento, bem como fluidez de articulações a respeito do mesmo para implantação em nossa escola”*. Assim, a partir de tais aspectos, pode-se dizer que o formato proposto no curso agregou na formação dos professores sobretudo no que se refere à materialização das discussões da BNCC na prática.

Na sequência, buscou-se, no quarto questionamento, identificar quais foram as aprendizagens mais significativas oriundas dessa formação. Obteve-se a resposta de 24 participantes e 16 não responderam. Dentre as respostas, destacam-se: *“Entender a BNCC, as competências e habilidades, o processo de elaborar o plano de curso, etc., foi significativa, pois tinha muitas dúvidas e com a formação foram esclarecidas; o entendimento de termos da BNCC e o histórico do seu surgimento; estruturação do plano de curso como se faz um plano de curso de forma relacionada com a BNCC; diferenciar os tipos de planejamento e suas etapas; o processo de construção do plano de curso de ensino e o direcionamento enfocando as habilidades como o processo mais relevante nas práticas pedagógicas; os esclarecimentos a respeito das unidades temáticas e habilidades dentro de cada área; a formulação dos objetivos adequados para atingir as habilidades da área estudada; quais são as 10 competências; distinção entre o que é competência e habilidades; compreender a estrutura da BNCC e sua aplicação em sala de aula; tudo que foi apresentado foi de muita importância e contribui bastante para a nossa formação”*.

Há indícios de que as aprendizagens perpassam desde a compreensão da estrutura e organização da BNCC até como o currículo se efetivará na prática. O fato de se buscar no curso contemplar os aspectos teórico e prático da BNCC, e por isso ter sido reconhecido pelos participantes, remete a Imbernón (2010, p. 31), ao destacar que:

Talvez, se começarmos a refletir sobre o que nos mostra a evidência da teoria e da prática formadora dos últimos anos, se deixarmos de seguir o que a tradição formadora nos diz e propõe e se colocarmos em xeque nossas “pré-concepções” sobre a formação, possamos começar a ver as coisas de outra maneira e a tentar mudar e construir uma nova forma de ver o ensino e a formação docente, a fim e transformar a educação e contribuir para uma sociedade mais justa (IMBERNÓN, 2010, p. 31).

Considera-se que, embora os cursistas tiveram a oportunidade de ampliar os conhecimentos sobre a BNCC, tem-se o entendimento de que se faz necessária a realização de outras formações, no caso propiciadas pela SEDUC, que abordem outros elementos da BNCC ou até mesmo que possam revisitar alguns pontos estudados. Isso deve ocorrer com todos os profissionais da educação, pois, para a implementação efetiva da BNCC nos estados e municípios, a formação continuada se configura como uma das possibilidades de reflexão da prática, e para tal “não se pode propor alternativas à formação continuada sem antes analisar o contexto político-social, como elemento imprescindível para a formação” (IMBERNÓN, 2010, p. 9).

Por fim, no quinto e último questionamento foi solicitado que os respondentes fizessem considerações (positivas, críticas e sugestões) e que também indicassem temas que poderiam ser abordados nas próximas formações. Desse modo, inicialmente destacaram considerações quanto ao desenvolvimento da formação, explicitando que: *“a formação contribuiu para nossos conhecimentos sobre a BNCC; Dar continuidade, mantendo o entendimento de algo novo, mas que é possível ser posto em prática, apesar*

de sua complexidade”.

Quanto aos temas, sugeriram: *“novas formações sobre a BNCC; como desenvolver as habilidades com a superlotação de sala e o curto tempo para planejamento?; projetos envolvendo a interdisciplinaridade”.* Isso mostra que há temas e inquietações dos professores que inclusive extrapolam propriamente a BNCC. No que diz respeito às críticas, salientaram a escassez do tempo, conforme o seguinte excerto: *“mais tempo de formação; esse curso poderia ter sido distribuído em mais datas para que não ficasse corrido, pois são muitas informações; um dia só é pouco”.* Nesse contexto, a equipe formadora se mostrou à disposição da escola e do grupo de professores, com abertura a um futuro convite para melhor discutir com maior profundidade esse documento.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve por objetivo verificar que iniciativas de implementação da BNCC foram promovidas em Rondônia e a repercussão de uma formação continuada sobre a BNCC oportunizada aos professores de duas escolas públicas de Ji-Paraná/RO. Assim, com relação à implementação da BNCC em Rondônia, pode-se verificar, a partir dos dados, que há, desde 2018, uma certa mobilização em promover ações que possibilitem a formação dos professores e demais profissionais da educação. Tal aspecto se respalda no fato de que há o Programa de apoio à Implementação da Base Nacional Curricular Comum (Pro-BNCC) que é coordenado em regime de colaboração por duas coordenações, sendo um representante do CONSED, representado pela SEDUC, e outro representante da UNDIME/RO, representando as Secretarias Municipais de Educação, em conjunto com o MEC. Existe ainda a seleção, articulação e organização de equipes, com integrantes de diferentes cidades do estado, para que a partir da BNCC se elabore a DCR/RO. Como resultado dessas equipes se tem a construção de uma versão preliminar da DCR/RO, que contempla a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Por fim, no vigente ano, há um cronograma de ações que visam a formação dos professores da rede. Sendo que dentre os desafios para a implementação da BNCC foi mencionado a dificuldade de articulação entre a gestão estadual e municipal, bem como em acessar os recursos financeiros disponibilizados pelo FNDE e o uso da tecnologia nos cursos de formação.

No que se refere à repercussão de uma formação continuada sobre a BNCC oportunizada aos professores de duas escolas públicas de Ji-Paraná/RO, identificou-se, no questionário diagnóstico, que a maioria dos professores afirmaram conhecer sobre a BNCC, sendo que essa compreensão, dentre outros aspectos, referia-se de forma geral a mudança curricular, a abrangência e possíveis implicações para a educação. Com isso, verificou-se que havia lacunas com relação ao conteúdo propriamente da BNCC, sendo que tal aspecto se constituiu objeto do curso de extensão ofertado.

Embora o curso tenha abordado e oportunizado conhecimentos sobre alguns

aspectos da BNCC, abrangendo desde elementos históricos, aparatos legais e a forma de organização e estruturação a partir das áreas de conhecimentos, a partir de competências e habilidades que articulam com as dez competências gerais, faz-se necessário um maior aprofundamento e portanto a proposição de novos momentos de formação. Haja vista que se tem o entendimento de que, embora tenha se verificado que o curso tenha contribuído, agregando no repertório de conhecimentos dos professores, a partir das aprendizagens evidenciadas, considera-se o mesmo como um ponto de partida para que posteriormente haja o aprofundamento dos diferentes aspectos presentes na BNCC.

Essa compreensão é importante na medida que se entende que a formação continuada não se trata simplesmente da realização de cursos de curta duração, esporádicos e isolados, mas sim de um processo contínuo, que envolve atores de diferentes contextos (escola, universidade, institutos, secretarias entre outros).

Espera-se que os resultados desse estudo contribuam no sentido de fomentar o debate sobre a implementação da BNCC nos diferentes entes federativos, sobretudo no que tange a elaboração de suas próprias diretrizes e de como se procederá na formação continuada dos professores e demais profissionais da educação que integram as redes de ensino municipal e estadual.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018. 61p. Disponível em: <<https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Síntese das diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica**. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32621-cne-sintese-das-diretrizes-curriculares-da-educacao-basica-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 ago. 2020.

_____. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CÂNDIDO, Rita de Kássia; GENTILINI, João Augusto. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 33, n. 2, p. 323 - 336, set. 2017. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/70269>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

FIORENTINI, Dário; LORENZATO, Sérgio. **Investigação em educação matemática**: percursos teóricos e metodológicos. 3.ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Permanente do professorado**: novas tendências. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. CURRÍCULO: um instrumento educacional, social e cultural. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 8, n. 24, p. 535-548, mai./ago., 2008.

PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni; NACARATO, Adair Mendes; FIORENTINI, Dario; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra; GRANDO, Regina Célia; GAMA,

RUEZZENE, Gilcimar Bermond. **Os Cursos de Licenciatura em Matemática no Estado de Rondônia**: um panorama histórico. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012, 222 p. Disponível em:< <https://ri.ufmt.br/handle/1/881>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SERRAZINA, Maria de Lurdes Marquês. O professor que ensina matemática e a sua formação: uma experiência em Portugal. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1051-1069, out/dez. 2014. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/45902>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Altruísmo 19, 24, 25, 28, 30

Ambientes virtuais de aprendizagem 269, 270

Ângulos 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Aprendizagem significativa 43, 143, 189, 199, 203, 230, 269, 270, 272, 274, 276, 277, 278

Artes integradas 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Atividades de vida diária 204, 214, 215, 219

Autismo 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 219, 222, 223, 323, 328, 329, 330, 331, 332

Autocrítica 167, 254, 255, 263, 265

Autodeterminação dos povos 301

B

Bebês 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

BNCC 33, 34, 37, 38, 44, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 195, 240, 241

Brinquedo 62, 204, 206, 208, 212, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 314, 315, 317

C

Comunidade/sociedade 19

Consciência de classe 92, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 104

Coordenadas cartesianas 55, 57, 58, 62

Crianças 3, 12, 13, 17, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 147, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 175, 189, 196, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 215, 219, 221, 222, 223, 243, 245, 312, 313, 315, 316, 317, 323, 324, 325, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342

Currículo 1, 2, 3, 7, 13, 14, 15, 36, 37, 38, 42, 108, 114, 122, 130, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 159, 161, 164, 189, 196, 200, 227, 240, 243, 244, 246, 276, 278, 308

D

Democracia 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 268

Desenvolvimento local 89, 169, 301, 306, 308

Design inclusivo 204, 210

Determinación 254, 255, 257, 258, 260, 262, 265, 266, 267

Direito a educação 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175

Docência 10, 18, 46, 48, 49, 52, 55, 57, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187,

188, 189, 235, 271, 282, 290, 291, 292, 293, 294, 344

E

Economias diversas 19

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 112, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 211, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 320, 321, 322, 327, 332, 333, 344

Educação de jovens e adultos 116, 117, 118, 121, 122, 123, 127, 128

Educação física 279, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 333

Educação infantil 11, 12, 13, 17, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 106, 107, 108, 114, 145, 146, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 170, 227, 228, 248, 287

Educação rural 168, 170, 224, 225, 227, 231, 235, 239

Ensino de arte 33, 34, 37, 44

Ensino de geometria 129

Ensino fundamental 1, 3, 8, 9, 10, 16, 17, 114, 130, 146, 149, 150, 152, 154, 155, 156, 157, 162, 196, 198, 201, 227, 228, 250, 287, 288, 299, 305, 311, 313, 344

Ensino médio 17, 55, 57, 149, 154, 156, 157, 158, 160, 180, 181, 182, 198, 200, 201, 202, 227, 228, 237, 238, 240, 250, 251, 270, 272, 291, 299, 300, 305

Estado da arte 49, 224, 225, 238, 278

F

Ferramenta pedagógica 269, 270

Força muscular 333, 334, 336, 339, 341

Formação continuada de professores 18, 146, 164

Formação de professores 1, 3, 5, 15, 16, 18, 164, 170, 235, 236, 237, 279, 289, 298, 344

Formação docente 145, 152, 155, 161, 183, 185, 188, 235, 236, 240, 294

G

Gestão 37, 74, 75, 79, 83, 86, 87, 90, 91, 97, 155, 162, 201, 227, 237, 283, 284, 301, 306, 308, 310

I

Identificação das expressões 204, 213, 219, 221

Inclusão 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 122, 124, 158, 163, 210, 215, 222, 227, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 311, 319, 320, 321, 323, 328

Inclusão de surdos 240

Inclusão educacional 1, 3, 6, 7, 16

Integración 254, 255, 256, 257, 261

Interdisciplinaridade 33, 34, 44, 45, 158, 159, 162, 182, 184, 187, 188, 229

J

Jogo didático 55, 62

L

Lazer 179, 208, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 313, 326

Leitura literária 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 109

Literatura afro-brasileira 106

M

Maker 311, 312, 313, 316, 317, 320

Mal-estar docente 279, 280, 288

Manual do professor 116, 122, 123, 124

Materiais autorais digitais educacionais 178, 180, 187, 189

Materiais concretos 129, 130, 131, 133, 137, 142, 143

Maturação biológica 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340

Mediação docente 46, 48, 51, 52

Música 36, 38, 42, 45, 112, 113, 184, 212, 215, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 330, 331, 332

O

Origem social 190, 191, 192, 193, 194, 198, 200

P

Participação 4, 7, 37, 48, 49, 50, 54, 61, 74, 76, 79, 82, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 105, 107, 110, 113, 139, 151, 184, 190, 191, 194, 196, 197, 199, 200, 202, 226, 229, 231, 271, 275, 279, 284, 285, 286, 296, 297, 308, 317, 318, 337

Pedagogia de la esperanza 254, 258, 259, 261, 266

Pesquisa em ensino de ciências 224, 235, 237

Pessoas com TEA 322

Pibid 55, 56, 57, 278, 291, 292, 293, 294, 344
Políticas de inovação 63, 66, 68, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90
Políticas educacionais 165, 166, 169, 227, 248
Políticas inclusivas 240
Políticas públicas 1, 3, 6, 65, 70, 71, 168, 169, 198, 201, 202, 203, 227, 228, 236, 238, 248, 277, 301, 302, 308
Povos do campo 165, 167, 168, 170, 171, 172, 226, 228
Prática docente 4, 48, 50, 117, 122, 160, 229, 230, 236, 287, 291
Prática pedagógica 2, 3, 5, 7, 10, 14, 40, 42, 52, 126, 180, 188, 225, 279, 280, 299
Protagonismo juvenil 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203

R

Reciprocidade 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 50, 54, 199
Rede federal de educação profissional 63, 71, 72, 87, 89
Região Nordeste 63, 66, 71, 72, 73, 74, 77, 86
Representação 41, 62, 103, 116, 131, 173, 193, 218, 306
Revisão sistemática 190, 191, 192, 193, 200, 201, 333, 338
Robótica 311, 312, 313, 316, 319, 320
Rondônia 17, 145, 146, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 162, 164

S

Sociedade capitalista 92, 95, 96, 102, 103, 104, 117, 118, 171
Sucesso escolar 190, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 202

T

Tecnologias digitais da informação e comunicação 178
Treinamento de resistência 333, 336, 338

U

Ultimate frisbee 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021